

REQUERIMENTO

(Da Sra. Iriny Lopes)

Requer a criação de Comissão Especial para análise do PL nº 4857, de 2009, que “cria mecanismos para coibir e prevenir a discriminação contra a mulher”, e da proposição a ela apensada.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., nos termos do art. 34, inciso II, do Regimento Interno, a criação e instalação de Comissão Especial destinada a analisar o PL nº 4.857, de 2009, que “cria mecanismos para coibir e prevenir a discriminação contra a mulher”, e o PL nº 6653, de 2009, que lhe está apensado.

JUSTIFICAÇÃO

A conjugação do PL nº 4857, de 2009, com o PL nº 6653, do mesmo ano, deu lugar a uma discussão de grande relevância legislativa e política, referente a variados aspectos da regulamentação da igualdade entre mulheres e homens, em especial no âmbito das relações de trabalho. A matéria ganhou tal vulto que passou a requerer uma avaliação mais englobante do que aquela que lhe pode ser dirigida em uma sucessão de comissões permanentes. Em outras palavras, as proposições estão a merecer a constituição de uma comissão especial que sobre elas se debruce durante um período suficientemente para ouvir os vários setores da sociedade que possam

contribuir no aperfeiçoamento de seu conteúdo e para elaborar um parecer circunstanciado sobre a matéria.

A comissão especial terá ainda o mérito adicional de atrair a atenção da cidadania para uma discussão parlamentar que afeta praticamente todos os segmentos sociais e é de grande interesse para a consolidação da democracia e da justiça social em nosso país. Com uma comissão atuando como centro de referência para toda a discussão sobre a matéria, ficará bem mais fácil e eficiente a interlocução com pesquisadores, movimentos sociais, sindicatos, empresas e outras possíveis fontes de informação relevante na área.

A matéria exige, ademais, o pronunciamento, quanto ao mérito, pelo menos das Comissões de Constituição de Justiça e de Cidadania, de Direitos Humanos e Minorias, de Seguridade Social e Família e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público, o que, por si só, já justifica a criação da comissão especial.

Sala das Sessões, em 06 de março de 2013.

Deputada Iriny Lopes